

**A FORMAÇÃO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR PÚBLICA EM SOROCABA
— UM BALANÇO PRELIMINAR**

The formation of the public school education in Sorocaba — a preliminary report

Jorge Luis Cammarano González*
Wilson Sandano**

RESUMO

Este texto vincula-se à pesquisa “Formação da educação escolar em Sorocaba”, circunscrita ao período de 1850 a 1920, que é caracterizado, no âmbito da produção historiográfica correspondente à história de Sorocaba, como período de decadência do tropeirismo e de início da industrialização da cidade. Procura, por meio de fontes documentais, caracterizar a segunda metade do século XIX, concentrando a atenção na formação do espaço histórico de Sorocaba; nas práticas produtivas correspondentes a esse período; na constituição das mediações entre cotidiano escolar e história; nas relações entre Estado, política educacional e sistema escolar e nas práticas formativas dos professores e institutores. O artigo, que apresenta resultados parciais da pesquisa, tem como problematização norteadora da investigação: “que condições estão presentes no processo de formação da educação escolar pública em Sorocaba, no século XIX?”

Palavras-chave: Sorocaba; Século XIX; Escola pública; Educação escolar.

ABSTRACT

This article is bonded to the investigation program “Formação da educação escolar em Sorocaba (The formation of the school education in Sorocaba), covering a period 1850 — 1920, witch is considered by Sorocaba historiography production as the period of the “tropeirismo” decline and the beginning of the industrialization of the region. Its aim is, using documental sources, to characterize the 19th century second half, with special attention to the development of the grounds of the Sorocaba history. In this way, it focuses: the productive practices that correspond to the period considered; the constitution of the relations between the school everyday life and history; the relations established between Estate, educational polices e the school organization; and the formative practices of teacher and tutors. The article presents the research partial results, having as its main questions: “witches are the conditions presented in the construction of school education in public school in Sorocaba in the 19TH century?”

Keywords: Sorocaba; 19th century; public school; school education.

* Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Sorocaba. Contatos: jorge.gonzalez@uniso.br

** Professor do Pós-Graduação em Educação da Universidade de Sorocaba. Contatos: wilson.sandano@uniso.br

Apresentação

A escolarização como campo específico de estudo, tornou-se, nos últimos anos, o espaço da produção da política e da valorização do trabalho como elemento que funda a prática social; dos processos históricos de constituição das relações e da racionalidade escolar; das formas privilegiadas de ensino-aprendizagem e sua articulação com as demandas sociais de conhecimento e, finalmente, de um conjunto de fatores que atuam sobre o cotidiano escolar, sobredeterminando e ressignificando as ações específicas de escolarização. Acrescente-se que a educação escolar indica a apreensão de um fenômeno específico de produção e circulação do conhecimento e de valores que se atualiza em instituições objetivas e materiais, as quais, inclusive, lhe oferecem contornos históricos mais precisos.

Com base nessas considerações formulamos uma questão inicial e norteadora deste escrito: “que condições estão presentes no processo de formação da educação escolar pública em Sorocaba, no século XIX?”

Este texto investiga o processo de formação do espaço escolar, articulando a sua prática investigativa à localização, organização, análise e sistematização de fontes documentais contributivas da história da educação. E deriva da pesquisa: “Formação da educação escolar em Sorocaba”, circunscrita ao período de 1850 a 1920, caracterizado no âmbito da produção historiográfica correspondente à história de Sorocaba, como período de decadência do tropeirismo e de início da industrialização.

Diante da riqueza e da complexidade do tema-objeto proposto e com base na caracterização do tratamento teórico metodológico dedicado ao processo de formação de Sorocaba e dos processos de escolarização correspondentes, procuramos por meio de fontes documentais, informações, neste trabalho, que caracterizem a segunda metade do século XIX, concentrando nossa atenção na formação do espaço histórico de Sorocaba; nas práticas produtivas correspondentes a esse período; na constituição das mediações entre cotidiano escolar e história; nas relações entre Estado, política educacional e sistema escolar e nas práticas formativas dos professores e institutores.

A caracterização da natureza do acervo investigado circunscreve-se a documentação textual escrita num universo constituído por ofícios, cartas, memorandos, livros de registros, estatutos, regimentos, relatórios, etc. A documentação foi obtida por meio de xerocópia dos originais.

Este trabalho foi produzido com base em duas expressões da materialidade histórica: (1) as fontes documentais examinadas e sistematizadas; (2) a caracterização, ainda incipiente, mas necessária para os fins aqui propostos, de aspectos essenciais para a compreensão da história da educação escolar em Sorocaba e região.

Para o período objeto de estudo, Império e República representam a politização de um processo histórico pontuado, dentre os múltiplos processos constitutivos da formação econômico-social de Sorocaba e região, pela formação de capital comercial com base na pecuária; pelo tropeirismo; pela expansão de políticas de investimentos públicos vinculados à urbanização; pela chegada da estrada de ferro; pela economia de algodão; por um sistema de muar vinculado à produção de açúcar e café; pelas feiras (BADDINI, 2002; SILVA, 2000). Esse contexto anuncia o desafio circunscrito ao campo investigativo aqui minimamente exposto, acentuado, como observaremos posteriormente pelo embate subjacente à formação desse campo de investigação da formação histórica de Sorocaba. Mas antes de abordarmos esse aspecto, nossa proposta incide na caracterização de alguns elementos vinculados às relações entre Estado; política educacional e sistema escolar.

A observação da produção historiográfica que contempla o estudo das instituições escolares e educacionais no que toca à trajetória de colégios, internatos, escolas normais e grupos escolares, propicia o discernimento das relações entre a política e a educação brasileira nos

processos vinculados ao Império e à República (SILVA, 2001).

Outra contribuição que nos auxilia a caracterizar, minimamente, o contexto histórico do tema-objeto em tela, se encontra no estudo de MANOEL (1996) sobre as articulações entre a Igreja e a educação feminina, no período de 1859 a 1919. Em sua pesquisa o referido autor explicita a presença de dois projetos educacionais presentes nesse período

Tratava-se (...) de dois projetos educacionais que, tomados no rigor de suas propostas, eram incompatíveis entre si. Um, o liberal, laico, preocupado com a convivência a mais harmoniosa possível dos cidadãos sob a égide da Constituição, tinha por objetivo, além do ensino das ciências e letras, a formação cívica e moral conforme os pressupostos da liberal-democracia representativa. O outro, o católico, com os olhos postos na eternidade, visava a formação de bons católicos que, por isso mesmo, seriam bons cidadãos, e também rejeitava a moral contratual proposta pela sociedade burguesa (MANOEL, 1996, p.19).

A partir de 1850, os ideais do liberalismo ganharam espaço dentro do próprio sistema administrativo do Estado, seja no governo imperial, seja no provincial. No que diz respeito à educação, o princípio liberal defendido pelas autoridades públicas era o da completa liberalização do sistema escolar, retirando do Estado as responsabilidades pela educação, transferindo-as para a iniciativa privada (MANOEL, 1996).

Para RIBEIRO (1986) o período de 1850 a 1920 caracteriza-se por uma dinâmica de consolidação, crise e permanência do modelo agrário, comercial, exportador, dependente. Observa a referida Autora, que no período de crise desse modelo (1870-1894) desponta um processo de “incentivo à industrialização”.

O trabalho escravo e a grande propriedade constituem a base material da lavoura cafeeira, no período de consolidação do modelo agrário, comercial, exportador, dependente; produção essa orientada sob a lógica da expansão e internacionalização do capital com desdobramentos nas condições de trabalho — transição e conversão da força de trabalho escrava para o trabalho assalariado —; na criação, organização e gestão do espaço urbano, transformado paulatinamente em pólo de novas categorias sociais e de diversificação das atividades econômicas.

Em relação à educação RIBEIRO assinala que:

(...) a década de 1850 é apontada como uma época de férteis realizações, no entanto restritas em sua maioria ao município da corte, por força da lei em vigor. As realizações a que se refere são: criação da Inspeção Geral da Instrução Primária e Secundária da Corte, destinada a fiscalizar e orientar o ensino público e particular (1854); estabelecimento das normas para o exercício da liberdade de ensino e de um sistema de preparação do professor primário (1854); reformulação dos estatutos do Colégio de Preparatórios, tomando-se por base programas e livros adotados nas escolas oficiais (1854); reformulação dos estatutos da Academia de Belas Artes (1855); reorganização do Conservatório de Música e reformulação dos estatutos da Aula de Comércio da Corte (RIBEIRO, 1986, p. 56).

E em relação à política educacional, afirma que faltou uma política educacional integrada entre centro e províncias.

Não se instituiu um plano nacional de fiscalização das escolas primárias e secundárias, com vistas a um aprimoramento de objetivos, conteúdos e métodos e, conseqüentemente, uma melhora de aproveitamento por parte dos alunos. A instrução primária continuou constituindo-se em aulas de leitura e escrita e cálculo. Pressupõe-se que cerca de um décimo da população a ser atendida o era realmente. Não se tem certeza já que não existiam estatísticas educacionais. (...) A instrução secundária se caracterizou por ser predominantemente para alunos do sexo masculino, pela falta de organicidade (reunião espacial de antigas aulas

régias), pelo predomínio literário, pela aplicação de métodos tradicionais e pela atuação da iniciativa privada. (...) mesmo neste período onde a regra foi o superávit econômico, a educação não contou com verbas suficientes que possibilitassem, ao final do século XIX, um atendimento pelo menos elementar da população em idade escolar. Isto demonstra que para a monarquia brasileira, ao contrário das monarquias européias a que ela procurava moldar-se, nem a instrução primária tornou-se necessária a toda a população (RIBEIRO, 1986, p.58).

Estas observações representam, a nosso ver, ainda que precariamente, o processo histórico de formação do sistema escolar que tensiona o tema-objeto aqui proposto.

1. Dimensões históricas da educação escolar em Sorocaba: alguns antecedentes

A seguir expomos alguns dos aspectos que referenciam a formação da educação escolar em Sorocaba. Dentre esses destacamos a Lei de 15 de outubro de 1827, que determinou a criação de escolas de primeiras letras.

(...) A Lei estabelecia, ainda, que nessas escolas os professores ensinariam “a ler, escrever, as quatro operações de aritmética, prática de quebrados, decimais e proporções, as noções mais gerais de geometria prática, a gramática da língua nacional, os princípios de moral cristã e de doutrina da religião católica e apostólica romana proporcionadas à compreensão dos meninos” (SAVIANI, p. 275).

Em 1834, o Ato Adicional à Constituição do Império transferiu a responsabilidade pelas escolas primárias e secundárias para as Províncias.

(...) o Estado, desde Pedro I, vinha eximindo-se da responsabilidade de manutenção do sistema escolar, e desde a Lei n. 16, de 12 de agosto de 1834, o problema da educação primária e secundária foi deixado a cargo dos governos provinciais (MANOEL, 1996, p.24)

Em Sorocaba, como de resto na Província de São Paulo, a instrução pública era gerida por uma Comissão Insetora, que encaminhava as solicitações dos Professores à Presidência da Província e, também, realizava os exames das disciplinas acima indicadas. Esta Comissão Insetora permanece até 1851, já em seu relatório à Assembléia Legislativa Provincial, de 1º de maio de 1852, o Dr. José Thomaz Nabuco D’Araujo, Presidente da Província, assim se referiu à instrução pública, em particular à inspeção:

A inspeção do ensino primario e secundario competia pela legislação, que então vigorava, ás commissões inspectoras e camaras muncipaes: a experiencia faz sentir que as pessoas moraes não são as mais proprias para administrar, falta-lhes a unidade de pensamento na deliberação, a actividade, e prontidão na acção: sobre-leva que a organização dessas commissões inspectoras era essencialmente vicioza, por que o Governo não podia inspirar-lhes o seu pensamento, visto como só um dos seus membros era da nomeação delle: de origem diversa, independentes, erão as mais das vezes rivães: dahi a hostilidade, ou inercia que embargavão a fiscalisação: não era possivel que continuassem essas commissões, que, pela maior parte, não se reunião, e nada fazião. Parece-me que traduzi com a fidelidade possivel o espirito da lei, encarregando a inspeção do ensino primario e secundario a pessoas fisicas, da confiança do Governo, susceptiveis do mesmo pensamento administrativo, e capazes d’executal-o: fóra contra senso suppór o Governo suspeito á instrução publica, fóra absurdo tornar-o estranho á essa uma das primeiras necessidades moraes do paiz. (SÃO PAULO [PROVINCIA] 1852, p. 10-11).

Assim, em 1852, já encontramos ofícios de Professores de Sorocaba ao Inspetor Geral da Instrução Pública da Província e, também ofícios do Inspetor do Distrito de Sorocaba ao mesmo Inspetor Geral da Instrução Pública. Em relação aos inspetores, registramos que eram pessoas de confiança do governo, como está registrado na última citação, sem maiores ligações com a instrução pública, exercendo uma função não remunerada. É de se registrar que, trimestralmente, os professores deveriam dirigir-se ao Inspetor Geral da Instrução Pública, para informar sobre o andamento de suas aulas e sobre a existência de escolas particulares em Sorocaba. O mesmo deveriam fazer os Inspetores de Distrito em relação aos seus professores — o que era feito de modo burocrático. O relatório se repetia trimestralmente quase que integralmente. Em visita de inspeção às escolas de Sorocaba, no final de outubro e início de novembro de 1856, o Inspetor Geral de Instrução Pública da Província constatou a existência, na cidade, de duas escolas de primeiras letras para o sexo masculino, de duas para o feminino, sendo uma de instrução primária de segundo grau, ou superior¹, e de uma aula de latim e francês².

Estas escolas estavam instaladas nas casas dos professores, que pagavam por seu aluguel. Os móveis e utensílios eram fornecidos, geralmente, pelo Estado, mas, em alguns casos o próprio professor fornecia esse material, como pode ser verificado pelo texto abaixo que se relaciona com a escola feminina de instrução primária, de segundo grau:

Á eschola ainda não forão ministrados móveis e utensis.; os existentes em pequeno numero, em mau estado, desordenados, sem as devidas condições pertencem á Professora. O progresso no estudo deve forçadamente se resentir quer dessas privações e quer da incapacidade da sala; mal este irremediavel en quanto as rendas da provincia não permitirem o fornecimento de local apropriado³.

Os salários dos professores eram módicos⁴, no dizer do Inspetor Geral da Instrução Pública, havendo uma gratificação para quem tivesse mais de 80 alunos:

Esta Profesora tem sido obrigada a se contentar com o modico ordenado que percebe. Nunca foi gratificada; para isso seria mister contar com 80 discipulas, o que nunca realison-se. Entretanto a Cadeira está conceituada e ha sempre produzido bons resultados! Era uma injustiça procedente da desigualdade dos ordenados e gratificações, a que a Lei do orçamento vigente poz termo, revogando a disposição que concedia ás Cadeiras os vencimentos que lbes designarão as Leis de sua criação⁵.

Para o Professor Francisco Luiz d'Abreu Medeiros, o ensino poderia ser assim caracterizado:

O ensino das materias contidas (...) será sempre imperfeito, principalm. nas escolás frequentadas por mais de trinta alumnos. Por sem duvida que conseguir-se-hia grandes vantagens ensinando-se unicamente á lêr, escrever, contar, e a Doutrinba Christã. D'este modo podia-se encontrar excellentes mestres, pois que na sociedade [há] uma classe de homens pobres, bons pais de familias, honestos, e com soffrivel instrução para ensinarem as primeiras letras, ganhando com isto o pão á seus filhos. A mocid. lucraria muito mais com

¹ Na Província somente existiam duas instituições de instrução primária e superior: esta em Sorocaba, para o sexo feminino, e outra em Taubaté, para o sexo masculino (Relatório encaminhado ao Presidente da Província, por Diogo de Mendonça Pinto, em 24/11/1856).

² Relatório encaminhado ao Presidente da Província, por Diogo de Mendonça Pinto, em 24/11/1856.

³ Relatório encaminhado ao Presidente da Província, por Diogo de Mendonça Pinto, em 24/11/1856.

⁴ Em 27 de outubro de 1854, o Professor Francisco Luiz d'Abreu Medeiros, professor da 2ª aula de primeiras letras, de Sorocaba, informava ao Inspetor Geral da Instrução Pública, que, com o ordenado de 500\$000, tinha que pagar de aluguel de uma casa sofrível, em Sorocaba, de 12 a 16\$000 por mês e, na época da feira, de 30 a 40\$000, enquanto que o aluguel em Itu era, por uma boa casa, de 4 a 5\$000 (Ofício encaminhado ao Inspetor Geral da Instrução Pública em 27/10/1854).

⁵ Relatório encaminhado ao Presidente da Província, por Diogo de Mendonça Pinto, em 24/11/1856.

estes mestres do que com os rapazes que estudão superficialm⁶. varias materias, que nunca poderão ensinar aos seus discípulos não só por falta de perfeito conbecim⁶. d'ellas, inteira paciencia e assiduidade, como pela immensa difficuldade que ha em um Professor ensinar tantas materias diversas á um numero extraordinario de crianças, que mais necessitão de lér, escrever e contar. Porem a lei n.º. 36 de 16 de Março de 1846 oppõe-se á execução do que acima observamos, e o resultado é que as escólas de 1^{as}. letras estão mal servidas de Professores, quase todos interinos e com ridiculos ordenados, tornando-se uma verdadeira patacoada o ensino como essa lei exige⁶.

E em relação à instrução primária registra ALMEIDA:

Além da instrução primária houve nesse período umas tentativas de colégios-internatos. Em 1874 foi fundado o colégio 'União Sorocabana', aproveitando sobradão do largo do Rosário. O fato de se aproveitarem sobradões para colégios e botéis mostra a decadência de fortuna em famílias que enriqueceram com o negócio da feira. A feira continuou muito reduzida, depois de 1875. O externato dos meninos não foi feliz; Os internos, na maioria de Tietê, saíram reclamando (ALMEIDA, 2002, p.300).

Outros traços expressivos do período histórico que representa o tema–objeto deste escrito se encontra no estudo realizado por SILVA, focalizando a educação feminina no Colégio do Carmo, localizado no Vale do Paraíba.

Pesquisa realizada no Arquivo do Estado de São Paulo, em Relatórios de professores de escolas públicas, no período de 1886 a 1900, indica nesse período a existência de 17 escolas públicas masculinas e de 9 escolas públicas femininas funcionando na região central da cidade de Guaratinguetá, nos bairros próximos e na zona rural. Os dados encontrados foram reveladores de uma realidade, que vem abalar certas posições do senso comum, indicadoras de mínimas oportunidades de escolarização para a camada pobre da população, nesse período. Havia um número expressivo, para a época e para o contexto da cidade, de escolas de primeiras letras, em maior quantidade para os meninos, mas significativa também para o sexo feminino (SILVA, 2001, p.88).

Considerando o itinerário ora delineado avaliamos a possibilidade de tecer as primeiras aproximações correspondentes ao campo investigativo da formação da educação escolar em Sorocaba.

2. A educação escolar pública em Sorocaba: balanço preliminar

A seguir concentramos nossa atenção em discernir, com base na documentação e bibliografia examinada, a presença de práticas e propostas educacionais constitutivas do processo de formação da educação escolar em Sorocaba. Observamos que o referido período representa um processo criador de condições históricas que se materializariam na passagem do regime de trabalho escravo para o trabalho livre, assalariado e na passagem do regime monárquico para o republicano (MACHADO, 2004).

A tendência observada por MACHADO (2004) com base em análise dos escritos de Fernando de Azevedo, assinala que:

A educação se arrasta desorganizada durante todo o século XIX, com exceção de alguns colégios famosos. A escola primária não recebe nenhum favorecimento e é ofertada em péssimas condições. Almeida destaca

⁶ Ofício encaminhado ao Inspetor Geral da Instrução Pública, por Francisco José d'Abreu Medeiros, em 08/04/1862.

o descaso com relação a este nível de ensino. (...) Embora o número populacional justificasse a necessidade de escolas, o que se percebe é uma ausência de interesse por parte dos próprios pais, estes retiram os filhos das escolas logo que aprendem os rudimentos da leitura e da escrita. Segundo Azevedo 'a instrução primária, confiada às províncias é reduzida quase exclusivamente ao ensino da leitura, escrita e cálculo, sem nenhuma estrutura e sem caráter formativo, não colhia nas suas malhas senão a décima parte da população em idade escolar, e apresentava-se mal orientada não somente em relação às necessidades mais reais do povo, mas aos próprios interesses da unidade e coesão nacionais' (MACHADO, 2004, p.11).

A relação entre os habitantes e a população escolar assinalada por MACHADO (2004) se expressa em Sorocaba, nas seguintes condições que aqui apresentamos e que, em nosso entendimento, reafirmam as observações anteriores.

Em 1860, Sorocaba, com cerca de 10.000 habitantes, tinha somente um terço de sua população residindo no centro urbano (BADDINI, p. 144). Em 1870, a população de Sorocaba era de cerca de 16.000 habitantes, com um total de 323 alunos, sendo 204 nas escolas públicas (mesmo número do período anterior: 2 masculinas e 2 femininas) e 119 nas particulares (4 masculinas e 1 feminina), segundo relatório do Inspetor de Distrito⁷.

Neste mesmo relatório o Inspetor reconhece um número de alunos bastante reduzido para o número de habitantes do município e indica a razão para tal fato:

*(...) não se deve atribuir a deficiência de população o facto de não serem as escholhas publicas e particulares, d'este districto, frequentadas por um numero d'alumnos superior a aquele qu'as frequentão, mas sim a pouca inclinação que, em todo o Brasil se nota, pela educação.*⁸

Já o Professor Venâncio José Fontoura, em relatório sobre a situação de sua Aula, indica outro motivo:

*Existem 77 alumnos matriculados, dos quaes 64 frequentes. Este numero ainda está longe ser proporcional a população de Sorocaba, mesmo levando em conta as matriculas das outras aulas. Deve-se, todavia, attender (?) a uma circumstancia, e é que este municipio eminentemente agricola, tem os seus habitantes disseminados em uma vasta área, e o cultivo do algodão proporciona trabalho as crianças, que deveria acorrer ás escolas.*⁹

Em 1870 foram fechadas as aulas de Latim e Francês¹⁰, por absoluta falta de alunos (MENON, p. 105).

O Inspetor do Distrito, em seu relatório, assim se manifesta a respeito do fechamento daquela aula:

Por deliberação da Presidencia de 10 de março do corrente anno, foi supprimida a Cadeira de Latim e Francez d'esta Cidade em virtude do art 36 da Lei nº 16 de 13 de Agosto de 1861. Ao respectivo

⁷ Relatório apresentado ao Inspetor Geral da Instrução Pública, por Messias José Corrêa, Inspetor do Distrito de Sorocaba, em 26/10/1870. Neste relatório, o Inspetor indica a existência de 6 escolas para o sexo masculino (2 públicas e 4 particulares) e 3 para o sexo feminino (2 públicas e 1 colégio particular).

⁸ Relatório apresentado ao Inspetor Geral da Instrução Pública, por Messias José Corrêa, Inspetor do Distrito de Sorocaba, em 26/10/1870. Neste relatório, o Inspetor indica a existência de 6 escolas para o sexo masculino (2 públicas e 4 particulares) e 3 para o sexo feminino (2 públicas e 1 colégio particular).

⁹ Ofício encaminhado ao Inspetor Geral da Instrução Pública, por Venâncio José Fontoura, Professor da Segunda Cadeira do Sexo Masculino, em 15/10/1870.

¹⁰ Em "(...) 57 o Governo Provincial estabeleceu que a frequencia media não podia ser inferior a 15. O resultado foi o fechamento de mais da metade das escolas de Latim." (RODRIGUES, p. 21)

Professor comuniquei imediatamente o acto da Presidencia, significando-lhe que podia escolher uma das Cadeiras vagas de primeiras letras, cuja lista lhe remetti. A supressão d'esta Cadeira, que contava mais de meio seculo d'existencia, e que havia dado a Provincia discipulos tão distinctos, entre os quaes alguns que tem occupado as primeiras posiçoens sociaes no paiz foi geralmente sentida n'esta localidade. Ao passo que a Cidade de Sorocaba era privada da unica instituição d'ensino secundario, que possuia, outros lugares mais felizes, com mesma população, erão dotadas com a criação dessa mesma Cadeira.¹¹

No período abordado as escolas continuam a funcionar nas casas dos professores, responsáveis pelo pagamento de seus aluguéis e de sua manutenção. Essas dificuldades são assinaladas por Venâncio José Fontoura, Professor da 2ª Cadeira do sexo masculino.

Tenho a honra de submeter a V. S.^a a relação semestral relativo a 2ª escola regida por mim. Aos meus relatorios anteriores apenas tenho de acrescentar que de dia para dia se fazem mais urgentes a reforma da pouca e estragadissima mobilia que recebi dos meus antecessores, e hoje imprestavel; o fornecimento de uma quota para aluguel de casa, pois que hoje é n'esta cidade um pesado onus aos professores n'esta cidade esse aluguel. De modelos, livros, papel, pennas, tinta, lapis nada tem recebido esta cadeira, a excepção de uns folhetos sobre o systema metrico decimal, e a constituição do Imperio.¹²

Dois anos após do registro dessa situação o Professor Fontoura, a mesma permanece extremamente difícil, ao comunicar.

Tenho a honra de levar ao conhecimento de V. S. que em consequencia do grande numero de alumnos em uma sala tão pequena tem dado em resultado ataques em alguns alumnos, sendo a causa não haver espaço na sala nem sequer para mim andar, por tanto peço a V. S. que em vista de está já marcado quantia para o aluguel de casa, que se digne dar providencias afim do Senr.^o D.^o Inspector do Thesouro mandar ordem, para assim eu poder alugar maior casa; pois é impossivel eu apresentar um bom resultado n'uma pequena sala e sem mobilia. Pois espero que V. S. não se descuidará em dar as providencias necessarias.¹³

Como já relatamos, a cessão de móveis e utensílios para as escolas era de responsabilidade do Estado. No entanto, durante o período, praticamente não houve aquisição pelo Estado dos móveis e utensílios — quando ocorreu a aquisição, foi por conta dos professores. Os documentos aqui expostos também possibilitam extrair informações relativas ao número de alunos que freqüentavam a instrução primária.

Em cumprimento a circular a mim dirigida por essa Inspectoria em dacta de 17 de Setembro p.p. tenho a communicar á V. S.^a que dirigi-me as escolas publicas de primeiras letras d'este districto e reccomendei aos respectivos professóres que fizessem vaccinar os alumnos não vaccinados, e para que V. S.^a conbeça a respeito o estado das escolas fiz tirar uma lista dos alumnos e abi declarar-se os vaccinados. Há 248 alumnos nas quatro escolas publicas d'esta cidade e d'estes estão vaccinados 127 e não vaccinados 121, a cujos paes foi pedido que em breve os mandassem vaccinar.¹⁴

¹¹ Relatório apresentado ao Inspetor Geral da Instrução Pública, por Messias José Corrêa, Inspetor do Distrito de Sorocaba, em 26/10/1870.

¹² Ofício encaminhado ao Inspetor Geral da Instrução Pública, por Venâncio José Fontoura, Professor da 2ª Cadeira do sexo masculino, em 26/05/1873.

¹³ Ofício encaminhado ao Inspetor Geral da Instrução Pública, por Venâncio José Fontoura, Professor da 2ª Cadeira do sexo masculino, em 22/09/1875.

¹⁴ Ofício encaminhado ao Inspetor Geral da Instrução Pública, por Luiz Augusto Ferreira, Inspetor do Distrito de Sorocaba, em 03/11/1874.

Em relação ao ensino feminino é possível destacar neste período o que segue.

Cumprindo o que estabelece o Art. 110 § 11 do Regulamento da Instrução Pública de 18 de Abril de 1869, vou relatar, posto que mui perfunctoriamente, o estado da escola, cuja direcção acha-se a meu cargo. Durante o anno lectivo não se deo na escola acontecimento algum extraordinario, e por isso digno de ser levado ao conhecimento de V. S^a. A escola tem funcionado regularmente em todos os dias uteis das 9 horas da manhã ás 2 da tarde, sendo frequentada por 55 alumnas matriculadas e d'estas muito poucas são as infrequentes. O estado da instrução das alumnas é assás satisfactorio, visto como apresentam bastante adiantamento e aproveitam o ensino das materias que se lecciona na escola — que são as determinadas no Regulamento, a que já me referi. As alumnas mais adiantadas em leitura, caligraphia, grammatica nacional e systema metrico são tambem applicadas na aprendissagem de prendas domesticas, cujos trabalhos dão testemunho de seu regular adiantamento. As minbas alumnas são doces e submissas, e a estes dotes, aos meus esforços e zelo para com ellas, á minha vocação p^a. o magisterio têm certamente concorrido para a consecução do vantajoso estado de adiantamento, á que ellas têm atingido. É o que se me offerece relatar agora a V. S^a. de cuja benevolencia e reconhecida illustração espero toda a desculpa para este meu mais que imperfeito trabalho.¹⁵

Segundo o Inspetor do Distrito, os professores são cumpridores de seus deveres, têm conduta considerada exemplar e são todos casados, com exceção de uma professora, mas que é considerada pessoa respeitável:

Os Professores tem-se mostrado doces as observaçoens que tenbo julgado conveniente fazer-lhes attinente ao desempenho de seos deveres, e não tem comettido faltas, ou infraçoens de leis, regulamentos e oredens, que entendem com o seo magisterio. O procedimento civil e moral dos Professores públicos é digno de louvor, visto como não tem comettido actos, e se dado a vicios que denunciem imoralidade, e máo proceder como cidadãos, ou que os desairem, e lhes tirem o prestigio e respeito de que devem gosar. Todos são casados, a excepção da Professora D.Vicentina, pessoa respeitavel, e vivem irrepreensivelmente.¹⁶

O ensino é ministrado em um período de cinco horas diárias, conforme o preceito legal:

As escholas começam os seos trabalhos pelas nove horas da manhã, e terminão pelas duas da tarde, sendo o ensino distribuido pelos traslados, livros e compendios até hoje adoptados em todas as escholas.¹⁷

No entanto, este período de aula é contestado pelos professores, conforme informa o Inspetor do Distrito:

Alguns Professores me tem falado sobre a conveniencia de se restabelecer o costume antigo de funcionarem as escholas de manhã e de tarde, por ser isso mais proveitoso ao ensino e a saude dos alumnos, mas como esta providencia é contraria ao que dispoem o Regulamento da instrução publica, tenbo mantido a sua observancia.¹⁸

¹⁵ Ofício encaminhado ao Inspetor Geral da Instrução Pública, por Januaria de Oliveira Simas, Professora da 2ª cadeira do sexo feminino, em 25/11/1873.

¹⁶ Relatório apresentado ao Inspetor Geral da Instrução Pública, por Messias José Corrêa, Inspetor do Distrito de Sorocaba, em 26/10/1870.

¹⁷ Relatório apresentado ao Inspetor Geral da Instrução Pública, por Messias José Corrêa, Inspetor do Distrito de Sorocaba, em 26/10/1870.

¹⁸ Relatório apresentado ao Inspetor Geral da Instrução Pública, por Messias José Corrêa, Inspetor do Distrito de Sorocaba, em 26/10/1870.

As matérias ensinadas nas escolas de Sorocaba são as determinadas pela legislação vigente. Do mesmo modo, em 1870, o Inspetor do Distrito dizia que os Professores do ensino primário¹⁹ “ensinam regularmente as matérias a que são obrigados”²⁰. No entanto, o Inspetor do Distrito preocupa-se com os textos lidos nas escolas, pois apresentava aos Professores a seguinte recomendação:

*Recomendei aos Professores, em geral, que tivessem todo cuidado, não consentindo que em suas escolas fossem lidos papéis ou impressos contrários a religião do Estado, e que são adrede publicados com o fim de abalar a fé na veneranda crença de nossos Paes; e bem assim qu’igualmente evitassem a leitura de certos jornaes, que se tem constituido apostolos da diffamação e do insulto, contra todos e contra tudo, não respeitando nem as posiçoens sociaes de qm. quer que seja e nem o sacrario da vida particular. Assim procedi porque fui informado de que na eschola noturna²¹ o ensino era feito por meio desses papéis incendiarios; e porque entendo que a mocidade nada lucra com essas leituras, e qu’ella só deve inspirar-se no amor a verdade, e no respeito que se deve a todos.*²²

Este ensino era feito, geralmente, em classes numerosas, chegando, em alguns casos, a 105 alunos:

*Em resposta á Circular de V. S., de 13 do mez p.p., tenbo á significar-lhe que a 2.ª esçola de 1as. lettras d’esta cide. vai na melhor ordem, pois que até o 1º do corre. em que foi apresentado ao Dr. Inspector de Districto o mappa trimensal achavão-se matriculados 89 alumnos, e frequentes 68. Agora os matriculados são 105, e frequentes 82.*²³

No final do período, elas continuam numerosas, como se pode verificar da informação do Professor Venâncio José Fontoura:

*Respondo que tenbo matriculados 91 alumnos, dos quaes frequentarão durante o corrente anno 80 alumnos dos quaes sabirão dois em Grammatica; tenbo de fazer a declaração seguinte que destes alumnos tem mez que apresentão na eschola 80 mez de 75 e 68 e o menor é de 54 isto é verdade debaixo de minha responsabilidade.*²⁴

Ou pela informação prestada pelo mesmo Professor, em 1870: “existem 77 alumnos matriculados, dos quaes 64 frequentes”²⁵.

Segundo o Inspetor do Distrito, em outubro de 1870, o número de alunos das escolas públicas de Sorocaba era:

¹⁹ Este é o primeiro momento, nos documentos consultados, que se registra a expressão “ensino primário” em lugar de “primeiras letras”.

²⁰ Relatório apresentado ao Inspetor Geral da Instrução Pública, por Messias José Corrêa, Inspetor do Distrito, em 26/10/1870.

²¹ Esta escola noturna era uma escola particular mantida por uma loja maçônica da cidade.

²² Relatório apresentado ao Inspetor Geral da Instrução Pública, por Messias José Corrêa, Inspetor do Distrito, em 26/10/1870.

²³ Ofício encaminhado ao Inspetor Geral da Instrução Pública, por Francisco Luiz de Abreu Medeiros, Professor da Segunda Escola do Sexo Masculino, em 17/10/1860.

²⁴ Relatório apresentado ao Inspetor Geral da Instrução Pública, por Venâncio José Fontoura, Professor da Segunda Cadeira do Sexo Masculino, em 15/09/1869.

²⁵ Ofício encaminhado ao Inspetor Geral da Instrução, por Venâncio José Fontoura, Professor da Segunda Cadeira do Sexo Masculino, em 15/10/1870.

Quadro 1. Alunos das escolas públicas de Sorocaba, em 1870

Professor	Cadeira	Freqüentes	Infreqüentes	Total
Manuel Joaquim de Souza Guerra Junior	Masculina	56	6	62
Venâncio José Moura	Masculina	65	7	72
Vicentina Adelaide de Vasconcellos	Feminina	42		42
Januaria d'Oliveira Simas	Feminina	20	8	28
Total	183	21	204	

Fonte: Relatório apresentado ao Inspetor Geral da Instrução pública, por Messias José Corrêa, Inspetor do Distrito, em 26 de outubro de 1870.

Para as escolas com poucos alunos, a Inspetoria do Distrito adotava providências juntos aos professores, com o objetivo de aumentar o número de alunos:

*Admoestei a Professora da Segunda Cadeira, em vista do diminuto numero de suas alumnas, a que se dedicasse com afinco ao cumprimento dos importantes deveres a seo cargo; que procurasse o adiantamento de suas discipulas, porque só assim poderão affluir para sua escola algumas das muitas alumnas que s'aglomerão na qu'è regida por Dona Vicentina.*²⁶

Ao que parece o número de alunos variava conforme o prestígio gozado pelo professor. Isto aconteceu, por exemplo, com o Professor Francisco Luiz de Abreu Medeiros (DIAS, 2002, p. 74).

*A freqüência dos alunos era bastante irregular, durante todo o período estudado. O uso do castigo, no período estudado, foi proibido por lei e, segundo o Inspetor do Distrito, “os alumnos não são castigados phisicamente”.*²⁷

No entanto, segundo o Professor Venâncio José Fontoura,

*Primeiro tenbo em minha escola 83 alumnos, matriculados e setenta e quatro frequentes, e o adiantamento até aqui tem sido bom, porém desde que seja suspensa a força física do Professor, por certo que eu não poderei mostrar um adiantamento pois que não estamos na Inglaterra, e nem em Paris, que os proprios alumnos vão se matricular-se; neste País, desgraçadamente não acontece isso, pois que os alumnos vão aos empurrões aprender primeiras letras, hora desde que o Professor não possa castigar fisicamente o que faz reprehender um alumno que vai carregado para escola, como acontece muitas vezes; enfim eu sou um simples feitor do Governo (...).*²⁸

Os exames eram realizados no final do ano, com poucos alunos sendo considerados prontos. A situação pode ser resumida através do seguinte relato do Inspetor do Distrito:

Nos exames a que se procedeo em Dezembro do anno passado, diminuto foi o numero de alumnos examinados e julgados promptos, o que attribuo ao facto de não terem os Paes a necessaria paciencia para

²⁶ Relatório encaminhado ao Inspetor Geral da Instrução Pública, por Messias José Corrêa, Inspetor do Distrito, em 26/10/1870.

²⁷ Relatório encaminhado ao Inspetor Geral da Instrução Pública, por Messias José Corrêa, Inspetor do Distrito, em 26/10/1870.

²⁸ Offício encaminhado ao Inspetor Geral da Instrução Pública, por Venâncio José Fontoura, Professor da Segunda Cadeira do Sexo Masculino, em 15/10/1870.

*conservarem seus filhos nas escolas até completarem a sua educação primária. Logo que o menino principia a ler e a fazer mal as quatro operações fundamentais da aritmética, os Pais os chamão para suas casas e sítios, afim de os applicarem a lavoura e outros misteres da vida.*²⁹

Em 1870, a Inspeção do Distrito assim se manifestava:

*Posto que os Professores e Professoras do ensino primário (...) ensinam regularmente as materias a que são obrigados, é todavia forçoso reconhecer e confessar que os alumnos que frequentão as escolas publicas bem pouco adiantamento tem mostrado, e assim muito redusido foi o numero dos que s'appresentarão á exames, em o anno passado, e estes mesmos revelarão apenas que sabião ler, fazião as quatro operações, e nada mais. A respeito do systema metrico decimal, e de grammatica da lingua nacional, muito pouco ou quasi nada sabião. As causas determinantes d'esta falta de progresso, que pôde ser attribuida a pouca constancia dos paes em conservarem seus filhos nas escolas por tempo sufficiente para completarem sua educação, convem estudar para serem removidas, se for possível, e não encontrar, como parece, um empecilho na vitaliciedade dos encarregados do ensino.*³⁰

A Inspeção do Distrito apresentava o seguinte quadro:

Quadro 2. Trabalho de professores e alunos das escolas públicas de Sorocaba – 1860/1870

Nome dos Professores	Cadeira	Procedimento dos Professores	Estado dos alunos
Manuel Joaquim de Souza Guerra Jr	Masculina	Bom	Pouco adiantamento
Venâncio José Fontoura	Masculina	Bom	Pouco adiantamento
Vicentina Adelaide de Vasconcellos	Feminina	Bom	Pouco adiantamento
Januaria de Oliveira Simas	Feminina	Bom	Pouco adiantamento

Fonte: Relatório apresentado ao Inspetor Geral da Instrução pública, por Messias José Corrêa, Inspetor do Distrito, em 26 de outubro de 1870.

Considerações finais

O quadro sumariamente traçado em relação ao processo de formação da educação escolar pública em Sorocaba, no século XIX, traduz continuidades, particularizando o contexto mais amplo da Província e do Império.

Aleixo Irmão relata que até 1886 “enquanto outros municípios contavam com escolas municipais, Sorocaba não as criara”, e acrescenta: “(...) desde 1872, a Câmara Municipal havia cuidado desse assunto que ‘ficou sobre a mesa, à espera do parecer da comissão que nomeou para estudar o assunto com todo o rigorismo que o caso exigia’ “ (ALEIXO, 1969, p48).

A esses dados acrescenta que:

(...) um relatório remetido pelo Conselho Municipal ao diretor geral da instrução pública da província mostra que em novembro de 1887 Sorocaba possuía 8 escolas públicas para 10 sexo masculino, com 366

²⁹ Relatório encaminhado ao Inspetor Geral da Instrução Pública, por Messias José Corrêa, Inspetor do Distrito, em 29/10/1871.

³⁰ Relatório encaminhado ao Inspetor Geral da Instrução Pública, por Messias José Corrêa, Inspetor do Distrito, em 26/10/1870.

alunos, 4 do sexo feminino com 242; havia 5 colégios e aulas particulares para o sexo masculino com 131 alunos e 5 para o sexo feminino com 55, dando, portanto, o total de 794 alunos para o município (até aqui p.343) (ALEIXO, 1969, p.55).

O contexto da Província revela o distanciamento entre o crescimento das atividades produtivas e suas vias de comercialização e transporte, e a presença da educação escolar.

Ao passo que a Província se adianta ou iguala às outras do Império na construção de estradas de ferro, na cultura do solo, no desenvolvimento do Commercio e exploração de importantes industrias, não progride, e talvez se atrase, na senda que pela instrução conduz à elevação do nível moral. Há trinta annos contava a Província dous Lycéos, um ao Norte outro ao Sul, uma escola Normal de estudos pedagógicos, dous Seminários de instrução primária, o de santa Anna e o da Gloria, dous na Cidade de Itu, uma aula de pintura e desenho, vinte e quatro cadeiras de Latim e Francez e um curso de alguns estudos de Engenbaria. D'essas instituições de ensino secundário nenhuma resta e das duas de ensino primário existe o seminário da Gloria e o Instituto de Artífices substituindo o Seminário de Santa Ana. Não é para alegrar, e provoca serio exame a situação do ensino na província, quando seus homens mais eminentes, sem distincção de partido, acompanhando o movimento geral, proclama e reconhecem a necessidade de assegurar instrução ao povo (p.57-58 / Instrucção Publica s/d).

Dados estatísticos pertinentes a este período revelam que:

A frequencia das escolas, segundo os dados colligidos, não excede de 10,931 alumnos, sendo 6,625 do sexo masculino e 4,306 do feminino, numero por certo assaz desproporcional ao de nossa população que é, em sua totalidade, conforme daos estatísticos, de 837,351, dos quaes são analphabetos 255,327 homens e 284,348 mulheres livres, e 87,549 homens e 68,549 mulheres escravos, do que resulta a existencia de 695,183 analphabetos, e de 81 homes e 23 mulheres escravos que sabem ler e escrever. (idem p.63).

Diante do exposto é possível destacar alguns aspectos que caracterizam o período em tela e traduzem traços observados em períodos anteriores.

O período estudado oferece, com base nos documentos examinados, informações pertinentes à relação entre o crescimento populacional de Sorocaba e o número de alunos matriculados no espaço escolar público. Observa-se, em seus emissores, a busca de possíveis causas para a evasão escolar e o fechamento das Aulas. Os documentos expressam, ainda, as condições de funcionamento das escolas e a situação de precariedade enfrentada pelos professores, tais como: pagamento de aluguel, aquisição de mobiliário, ausência de recursos que deveriam advir do Estado, licenças e aposentadorias reivindicadas, como também abordam deveres, jornada de trabalho e as dificuldades encontradas em virtudes de classes numerosas, da abolição do castigo físico e da realização dos exames.

Assim, podemos indicar algumas das condições que, a nosso ver, contribuem para este balanço preliminar do processo de formação da educação escolar em Sorocaba, no período estudado:

- Sorocaba era uma cidade pobre, ainda eminentemente agrícola, mas em processo de crescimento urbano e modernização.
- a instrução pública somente era valorizada pelos profissionais do ensino, incluindo-se o Inspetor do Distrito;
- a população, pelo contrário, aparentemente, não valorizada a instrução — bastava que os seus filhos soubessem, um pouco, ler e escrever e, um pouco também, as quatro operações, para que os tirassem da escola;

- os professores gozavam de bom conceito junto à Inspetoria do Distrito;
- os pais eram considerados os responsáveis pela baixa frequência dos alunos e por seu pouco aproveitamento.
- o período registra iniciativas na perspectiva de institucionalização do ensino obrigatório.

Referências

- ALEIXO IRMÃO, José. **A perseverança III e Sorocaba**. Vol.1: da fundação à proclamação da república. Sorocaba: Fundação Ubaldino do Amaral, 1969.
- ALMEIDA, Aluísio de. **Sorocaba: 3 séculos de história**. Itu, SP: Ottoni, 2002.
- _____. **História de Sorocaba – 1822-1889**. Sorocaba / SP: Gráfica Guarani, 1951.
- ALMEIDA, José Ricardo Pires de. **Instrução Pública no Brasil (1500-1889) História e Legislação**. Tradução: Antonio Chizzotti. 2ª ed. São Paulo: EDUC, 2000.
- ARAÚJO, José Carlos Souza & GATTI Júnior, Décio.(organizadores) **Novos temas em história da educação brasileira**. Instituições escolares e educação na imprensa. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: Edufu, 2002. (Coleção memória da educação)
- BADDINI, Cássia Maria. **Sorocaba no Império**. Comércio de animais e desenvolvimento urbano. São Paulo: Annablume- Fapesp, 2002.
- GATTI JÚNIOR, Décio. A história das instituições educacionais: inovações paradigmáticas e temáticas. In: ARAÚJO, José Carlos Souza & GATTI Júnior, Décio.(organizadores) **Novos temas em história da educação brasileira**. Instituições escolares e educação na imprensa. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: Edufu, 2002. (Coleção memória da educação)
- MACHADO, Maria Cristina Gomes. Uma reflexão sobre o surgimento das instituições escolares no Brasil no Século XIX. **Revista Histedbr On-line**, nº. 11, set/2003. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/art18_11.htm>. Acesso em 23/03/2004.
- MANOEL, Ivan Aparecido. **Igreja e educação feminina (1859-1919)**. Uma face do conservadorismo. São Paulo: UNESP, 1996.
- MENON, Og Natal. **Educação escolarizada em Sorocaba entre o Império e a República**. São Paulo: PUC, 2000 (Tese de Doutorado).
- RIBEIRO, Maria Luisa S. **História da Educação Brasileira**. A organização escolar. (6ª ed.) São Paulo: Moraes, 1986.
- RODRIGUES, João Lourenço. **Um educador de outrora**. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, [s.d.].
- SÃO PAULO [PROVINCIA]. **Discurso com que o illustrissimo e excellentissimo senhor dr. José Thomaz Nabuco d’Araujo, presidente da provincia de São Paulo, abriu a Assembléa legislativa Provincial no dia 1.o de maio de 1852**. São Paulo, na Typ. do Governo arrendada por Antonio Louzada Antunes, 1852, p. 10-11. <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/986/000012.html>> (10/07/04)
- SAVIANI, Dermeval. Percorrendo caminhos na educação. **Educação & Sociedade**, Campinas, vol. 3, nº. 81, dez 2002, p. 273-290.

SILVA, Maria Aparecida Felix do Amaral e. **Educação de mulheres no Vale do Paraíba**. O Colégio do Carmo: 1892-1910. São Paulo: s/n, 2001.

Documentos

Ofícios encaminhados ao Inspetor Geral da Instrução Pública:

- pelo Conselho de Instrução do Distrito de Sorocaba, em 23/11/1874.
- por Francisco José d'Abreu Medeiros, em 08/04/1862.
- por Francisco Luiz de Abreu Medeiros, Professor da Segunda Escola do Sexo Masculino, em 17/10/1860.
- por Januária de Oliveira Simas, Professora da 2ª cadeira do sexo feminino, em 25/11/1873.
- por Luiz Augusto Ferreira, Inspetor do Distrito de Sorocaba, em 03/11/1874.
- por Venâncio José Fontoura, Professor da Segunda Cadeira do Sexo Masculino, em 15/10/1870.
- por Venâncio José Fontoura, Professor da 2ª Cadeira do sexo masculino, em 26/05/1873.
- por Venâncio José Fontoura, Professor da 2ª Cadeira do sexo masculino, em 22/09/1875.

Ofício encaminhado ao Presidente da Província, por Diogo de Mendonça Pinto, em 24/11/1856.

Relatórios apresentados ao Inspetor Geral da Instrução Pública:

- por Messias José Corrêa, Inspetor do Distrito de Sorocaba, em 26/10/1870.
- por Venâncio José Fontoura, Professor da Segunda Cadeira do Sexo Masculino, em 15/09/1869.
- por Messias José Corrêa, Inspetor do Distrito, em 29/10/1871.

Relatório encaminhado ao Presidente da Província, por Diogo de Mendonça Pinto, em 24/11/1856.